



ENSINO SUPERIOR

Subcomissão da Câmara vai apurar trotes

Deputada estadual Sarah Munhoz (PCdoB) apresentou relatório da CPI sobre o assunto, que acontece na Assembleia Legislativa

Após audiência pública para avaliar a situação das instituições de ensino superior sobre os diversos casos de trotes em estudantes nas universidades da cidade, o vereador José Antonio Fernandes Paiva (PT) propôs a criação de uma Subcomissão de Direitos Humanos na Câmara de Vereadores de Piracicaba para apurar as denúncias. A decisão aconteceu após encontro com a deputada estadual Sarah Munhoz (PCdoB), membro da CPI dos Trotes realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que aconteceu na quarta-feira, 25, na Câmara.

Por cerca de três horas, o assunto foi debatido junto a representantes das principais instituições de Piracicaba – Unimep, EEP/Fumep, Fatec e Esalq/USP – e com a participação de entidades representativas dos estudantes, como o Centro Acadêmi-

co Luiz de Queiroz (Calq) e o Levante Popular da Juventude. Também teve a participação de professores da Esalq – entre eles, Antonio Almeida, que apresentou casos de trotes na universidade – e dos vereadores Laércio Trevisan Jr. (PR) e João Manoel dos Santos (PTB).

Na oportunidade, a deputada estadual Sarah Munhoz apresentou o resultado da CPI dos Trotes da Alesp e foi categórica: “O nosso grande objetivo é que o trote seja extinto.” Ela demonstrou que, durante o trabalho de apuração da comissão de inquérito, ficou evidente que os fatos apresentados em mais de uma centena de oitivas e 37 audiências, além de cerca de 15 mil documentos, as práticas de “boas-vindas” das universidades configura em “atos que tipificam a prática da tortura”, disse.

Entre os documentos da CPI está o “kit bicho” desen-

volvido pela Comissão de Integração (C.I.) da Esalq, um manual de como o ingressante deve se comportar diante do estudante que o recebe. “Aqui neste ‘kit’ está toda a baixaria da elite paulista e brasileira”, resumiu a parlamentar. Sarah Munhoz enumera as diversas intenções sobre crime sexual, abuso de álcool e entorpecentes descritas no manual. “Uma das universidades que tratou isso (a CPI) de forma muito pejorativa foi a Esalq”, disse ela ao enumerar oito de 38 proposições retiradas da CPI dos Trotes.

O relatório defende a responsabilização civil, penal e administrativa, tanto das pessoas físicas quanto das entidades envolvidas na prática. Também sugere a suspensão de leis estaduais que declaram de utilidade pública centros acadêmicos que estejam envolvidos no incentivo desta modalidade, além

de abertura de inquéritos civil, aos ministérios públicos (federal e estadual) para apuração de improbidades administrativas, e policial.

O advogado Marco Antonio Hatem Beneton, procurador da Alesp, também foi bastante incisivo na conclusão sobre os trabalhos da CPI dos Trotes. “O que era para ser uma questão de comemoração, passou a ser similar ao crime de tortura”, disse. O professor da Esalq, Antonio Almeida atua na divulgação de casos de violência em trotes no campus há pelo menos 14 anos, cobra o posicionamento das direções na universidade para coibir os trotes. “A instituição precisa escolher se ela vai se omitir”, disse.

SUBCOMISSÃO – O vereador Paiva acatou uma das propostas da CPI dos Trotes, de que as câmaras municipais criem instâncias para apurar casos nas ci-

Estudantes e universidades destacam atuação anti-trote

A audiência pública também trouxe a participação de estudantes que não concordam com o trote. Giuliana Do Vale Milani, presidente do Calq, disse que há uma “inversão de valores” na Esalq, por conta das diversas denúncias sobre os trotes realizados na universidade. “Quem denuncia acaba sendo tachado de quem quer o mal para a instituição, o que não é a verdade”, disse. Ela pediu postura mais rígida não apenas da direção, mas também de professores e ex-alunos que incentivam os trotes na universidade.

Os diretores das universidades destacaram as diversas ações desenvolvidas nas instituições para tentar coibir o trote, mas ressaltaram que uma das principais dificuldades é que a maioria dos atos ocorre longe do campus, nas ruas ou nas repúblicas. “Não é fácil trabalhar com esta questão, porque, infelizmente, não temos condições e estrutura para tomar qualquer providência (fora do campus)”, disse Gustavo Alvim, reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

O diretor da Esalq, Luiz Gustavo Nussio, demonstrou as tentativas da universidade em coibir os trotes. Em 70 dias no cargo, ele informou que está promovendo o que chama de “agenda positiva”, o que inclui uma série de ações para tentar inibir os atos violentos. “Estamos atuando com a captação de denúncias e o encaminhamento delas”, disse, ao lembrar que, atualmente, existem nove sindicâncias abertas, sendo dois casos apresentados durante a CPI dos Trotes da Alesp.

dades, e disse que encaminhará a proposta ao presidente da Casa de Leis, Matheus Erler (PSC). “Sinto-me na obrigação, depois

desta audiência, em apresentar esta proposta ao Legislativo de Piracicaba, porque é algo realmente necessário”, disse.